

Qualidade da vinculação percebida por mães e crianças em idade escolar provenientes de diferentes tipos de família

Sónia Catarina Carvalho Simões* / Filipa Nunes Vicente Filipe de Oliveira Filipe* / Carlos Manuel da Cruz Farate**

* Instituto Superior Miguel Torga; ** Instituto Superior Miguel Torga / Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto

A literatura tem referido que as crianças de famílias nucleares apresentam uma vinculação mais segura comparativamente às de famílias monoparentais ou reconstituídas.

Foram objetivos deste estudo investigar a qualidade da vinculação em crianças em idade escolar pertencentes a famílias nucleares, monoparentais e reconstituídas e observar a convergência entre percepção materna dos comportamentos de vinculação e representação da qualidade de vinculação das crianças.

É um estudo transversal, com 168 crianças dos 8 aos 11 anos ($M=9.17$) e respetivas mães. O protocolo de investigação incluiu o Separation Anxiety Test (SAT) e a Escala de Percepção Materna do Comportamento de Vinculação da Criança (PCV-M).

Os resultados mostram não haver convergência significativa entre a percepção materna dos comportamentos de vinculação e a representação da vinculação pela criança. Somente nas famílias monoparentais houve diferenças no comportamento base segura do PCV-M em função da representação da vinculação da criança (segura/insegura). Não se observou uma associação entre o tipo de família e a representação da vinculação da criança, nem diferenças na percepção materna dos comportamentos de vinculação entre os diferentes tipos de família.

Em conclusão, a qualidade da vinculação das crianças não varia em função do tipo de família, mesmo se há uma baixa convergência entre as perspetivas de mães e filhos em relação à qualidade do comportamento de vinculação destes últimos.

Palavras-chave: Vinculação, Crianças em idade escolar, Tipo de família, Separation Anxiety Test.

A VINCULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

É na família que fazemos as primeiras aprendizagens, daí que a qualidade da relação com os pais se vá refletir nas relações interpessoais ao longo da vida (Verschueren & Marcoen, 2005). Todavia, o período escolar tem sido negligenciado, nomeadamente no que diz respeito à compreensão da relação de vinculação (Raikes & Thompson, 2005).

A teoria da vinculação foca-se no estabelecimento de relações interpessoais significativas ao longo do ciclo vital e defende que todo o desenvolvimento emocional, cognitivo e social do indivíduo se organiza em torno das relações com as figuras de vinculação. A vinculação remete para a ligação emocional que une a criança à figura de vinculação e que faz com que aquela procure essa pessoa em particular, designadamente em busca de segurança, conforto (Bowlby, 1969),

A correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para: Sónia Catarina Carvalho Simões, Instituto Superior Miguel Torga, Largo da Cruz de Celas, 1, 3000-132 Coimbra. E-mail: soniasimoes76@gmail.com

cuidados físicos e psicológicos (Howes, 1999). Os estudos Ainsworth, Blehar, Waters e Wall (1978) permitiram concluir sobre o papel essencial da disponibilidade e responsividade da figura de vinculação, visto que, se a criança se sente segura, ativa os sistemas exploratório e de comportamento social, afastando-se da sua “base segura” para explorar e aprender e, em oposição, se não se sente segura, ativa o sistema de medo e alerta e o sistema de vinculação (Marvin & Britner, 1999). À medida que interage com as figuras de vinculação, a criança reúne um conjunto de conhecimentos e expectativas sobre a sua acessibilidade e responsividade e sobre a influência que ela própria exerce nos outros. Estas representações sobre o *self*, sobre as figuras de vinculação e sobre as relações são o que Bowlby designa por modelos internos dinâmicos de vinculação (Marvin & Britner, 1999; Soares, 2007), e possibilitam que a criança antecipe e interprete o comportamento da figura de vinculação (Wright, Binney, & Smith, 1995) e decida sobre como vai interagir com ela (Soares, 2007). Vários laços podem ser formados, quebrados e reorganizados ao longo da vida, mas aqueles são sempre determinados pelo primeiro modelo de relações sociais – a relação de vinculação (Ainsworth, 1989).

No período escolar, entre os 6 e os 12 anos, ocorrem diversas transformações, de ordem cognitiva, emocional e relacional que vão ter um impacto profundo em todo o sistema de vinculação (Dwyer, 2005; Raikes & Thompson, 2005). Apesar de os pais continuarem a ser a principal figura de vinculação (Kerns, Tomich, & Kim, 2006), a relação entre estes e a criança irá sofrer alterações, a nível da quantidade, conteúdo e tipo (Collins, Madsen, & Susman-Stillman, 2002). Assim, à medida que cresce, a criança vai sendo cada vez mais ativa na interação com a figura de vinculação, de acordo com o alargamento do seu repertório comportamental, cognitivo e emocional (Soares, 2001). As aquisições cognitivas da criança neste período possibilitam uma maior compreensão de si própria e dos outros, das relações e da sociedade, aumentando a competência social e o raciocínio moral (Collins et al., 2002; Mayseless, 2005). A nível emocional, desenvolve-se o autoconceito, tendo a criança uma perceção mais profunda de si e dos outros (Collins et al., 2002), contribuindo para uma crescente regulação emocional e uma maior autonomia emocional face aos pais (Raikes & Thompson, 2005). O sistema comportamental de vinculação fica, então, mais sofisticado e abstrato (Mayseless, 2005), sendo a criança capaz de orientar-se por internalizações cognitivas-afetivas para elaborar representações generalizadas da vinculação, regulando os seus comportamentos de vinculação com base nas suas cognições e sentimentos (Marvin & Britner, 1999; Raikes & Thompson, 2005). Paralelamente, ocorre a diminuição dos comportamentos de controlo dos pais e a criança e aumenta progressivamente a sua capacidade de autonomia (Marvin & Britner, 1999; Pettit, Keiley, Laird, Bates, & Dodge, 2007). Acrescente-se que o desenvolvimento social e afetivo no período escolar envolve uma mudança nas características da ecologia das relações e nos elementos da rede social pessoal, sendo exposta a cada vez mais e diversificados agentes de socialização (educadores, professores, treinadores, pares).

Não obstante, os pais continuam a exercer um papel fundamental no suporte emocional dos filhos e, mais importante do que a presença da figura de vinculação, passa a ser a sua acessibilidade e responsividade (Soares, 2007). É, portanto, um dos principais objetivos dos pais estarem disponíveis quando os seus filhos solicitam/necessitam de proteção face a estados emocionais de desconforto e *stresse* (Marvin & Britner, 1999; Mayseless, 2005; Parke & Buriel, 2006), sendo percecionados como os maiores prestadores de suporte emocional, instrumental, informacional, e de companhia, constituindo-se enquanto figuras privilegiadas no suporte dirigido ao cumprimento das tarefas desenvolvimentais desta fase (Collins et al., 2002; Pereira, Canavarro, Mendonça, & Cardoso, 2005).

Vários fatores podem influenciar a qualidade da vinculação da criança, que podem ser intrínsecos à própria criança, estarem associados às figuras de vinculação ou advirem do contexto em que aquela está inserida (Bowlby, 1969). Os estudos sugerem uma maior prevalência da

vinculação insegura associada a crianças com um temperamento mais difícil (Vaughn & Bost, 1999), um nível de funcionamento cognitivo inferior (Ainsworth et al., 1978; Sroufe, Egeland, Carlson, & Collins, 2005) e do sexo masculino (Michiels, Grietens, Onghena, & Kuppens, 2010), ainda que o sexo da criança pareça ter um papel de maior relevância a partir da idade escolar.

No que respeita às variáveis relacionais e referentes às figuras parentais, destacam-se em particular os estilos educativos e as práticas educativas parentais, a qualidade da relação interparental, a coparentalidade, bem como os recursos psicológicos dos pais. O estilo educativo parental autorizado, caracterizado pelo suporte, afeto e aceitação, tem maior probabilidade de se associar a uma vinculação segura (Karavasilis, Doyle, & Markiewicz, 2003; Michielset al., 2010; Roelofs, Meesters, & Muris, 2008). Refira-se o estudo português de Simões, Farate, Soares e Duarte (2013), que identificou como fatores preditores da (in)segurança da vinculação de crianças em idade escolar a rejeição e o suporte emocional maternos, não assumindo poder preditivo o tipo de família.

Também a qualidade da relação entre os pais pode constituir um fator protetor ou, ao invés, um fator de risco para o percurso desenvolvimental da criança. Desta forma, uma relação parental conflituosa é prejudicial não só ao comportamento parental (Shelton & Harold, 2008), como à vinculação da criança (Cummings & Davies, 2002; Owen & Cox, 1997). O conflito interparental tem, aliás, efeitos mais adversos na qualidade da vinculação da criança do que a separação conjugal propriamente dita (Amato & Booth, 1996; Hetherington, Bridges, & Insabella, 1998). Por outro lado, a coparentalidade, ou seja, o processo através do qual pai e mãe coordenam os seus comportamentos parentais, se apoiam e partilham responsabilidades e tarefas educativas, é fundamental na qualidade da vinculação da criança (McHale, Lauretti, Talbot, & Pouquette, 2002). Igualmente, os recursos psicológicos dos pais, nomeadamente a sua saúde mental e psicológica, o seu bem-estar e algumas características da personalidade, ao influenciarem a qualidade dos cuidados prestados à criança, refletem-se na qualidade da vinculação (Belsky & Fearon, 2008). Sabe-se, por exemplo, que mães que sofrem de perturbação bipolar ou depressão têm maior probabilidade de terem filhos com vinculações inseguras (Poehlmann & Fiese, 2001).

Por fim, há questões do contexto familiar que são relevantes para o desenvolvimento harmonioso da criança e o estabelecimento de uma vinculação segura, designadamente o número de irmãos e a posição da criança na fratria, sendo o nascimento de um irmão um fator de mudança da vinculação, no sentido da segurança (Ammantini, Speranza, & Fedele, 2005). Os pais que vivem em contextos sociais desvantajosos podem sentir um maior nível de stresse parental e, conseqüentemente, estabelecer relações de vinculação mais inseguras (Scher & Mayseless, 2000), havendo grande prevalência de vinculação insegura em amostras de risco e de baixo nível socioeconómico (Weinfield, Sroufe, & Egeland, 2000). Por fim, o suporte social também tem um papel relevante na segurança da vinculação, correspondendo a um aumento do nível de suporte social recebido uma melhoria da qualidade da vinculação da criança (Sroufe, 2002).

QUALIDADE DA VINCULAÇÃO E TIPO DE FAMÍLIA

Na nossa sociedade, associamos o conceito de família à estrutura nuclear, constituída por um casal e seus filhos, porém assiste-se a um crescente aumento de outros tipos de família, com distintas dinâmicas. Nas famílias monoparentais, por razões diversas, o agregado familiar inclui apenas um progenitor. As famílias reconstituídas caracterizam-se sobretudo por incluírem elementos que já fizeram parte de outras famílias, na sequência de uma viuvez, divórcio ou monoparentalidade. A sobrecarga e o stresse parental, o estigma social, o conflito entre os

progenitores, a falta ou ausência de um dos pais são, entre outras, algumas das dificuldades que estas famílias enfrentam (Alarcão, 2002).

Alterações profundas na estrutura familiar, que ocorrem quando os pais se separam, implicam adaptações às modificações que a separação traz à vida familiar. Estas alterações podem prejudicar a disponibilidade e a responsividade dos pais (Faber & Wittenborn, 2010; Page & Bretherton, 2001), podendo os seus filhos manifestar problemas comportamentais, emocionais, sociais e académicos (Fabricius & Luecken, 2007).

O divórcio envolve sempre algum distanciamento do progenitor que não fica com a custódia (Page & Bretherton, 2001), sendo na maior parte das vezes o relacionamento com o pai o mais afetado (Amato & Booth, 1996; Moura & Matos, 2008). Ao deixar de haver contacto diário com o pai, a criança pode sentir-se abandonada (Tippelt & König, 2007). É, portanto, fundamental para a relação de vinculação que haja uma convivência regular e prolongada entre o filho e o pai que não vive consigo, com uma verdadeira presença física e psicológica que se possa constituir como fator protetor do desenvolvimento da criança (Amato & Gilbraith, 1999; Lowenstein, 2010; Taanila, Laitinen, Moilanen, & Järvelin, 2002). Se há afastamento do pai face ao filho, pode tornar-se um fator protetor do desenvolvimento da criança uma relação privilegiada com outro familiar masculino (Hetherington & Kelly, 2002; Schenck et al., 2009).

Neste sentido, é espetável que se observem alterações, temporária ou permanentemente, na segurança da vinculação a um ou a ambos os pais, na sequência da separação (Faber & Wittenborn, 2010). Apesar de ser inconclusiva a forma como o impacto do divórcio interfere na vinculação da criança, sabe-se que os dois primeiros anos após a separação dos pais são os mais críticos e que, a partir daí, o impacto deste acontecimento tende a diminuir ao longo do tempo (Hetherington & Kelly, 2002). Vários estudos indicam que os filhos de pais divorciados correm maior risco de desenvolver uma vinculação insegura, quando comparados com os filhos de pais casados (Hetherington & Kelly, 2002; Moura & Matos, 2008; Tippelt & König, 2007; Woodward, Fergusson, & Belsky, 2000), ao passo que outras investigações não encontram diferenças no comportamento e ajustamento destas crianças (Page & Bretherton, 2001; Ruschena, Prior, Sanson, & Smart, 2005). Acrescente-se que a grande maioria das crianças é resiliente ao divórcio e até pode beneficiar com a sua nova situação de vida (Hetherington, 2003), tendo alguns estudos sugerido efeitos favoráveis, no sentido de uma maior maturidade e autoestima dos filhos (Amato & Keith, 1991; Crosnoe & Elder, 2004).

Também quando a estrutura familiar se altera, para a constituição de uma família reconstituída, se podem observar alterações na qualidade de vinculação das crianças, sobretudo quando a criança sente a mãe menos apoiante e disponível (Faber & Wittenborn, 2010). Se a eminência do casamento pode parecer uma ameaça à relação próxima com a mãe (Hetherington, 2003; Hetherington & Kelly, 2002), num sentido similar, uma relação difícil com o padrasto pode refletir-se na qualidade das relações futuras (Bowlby, 1973). Os estudos indicam, ainda, que há uma maior probabilidade de as crianças a viverem em famílias reconstituídas apresentarem problemas de ajustamento social, comportamental, académico e emocional (Cheng, Dunn, O'Connor, & Golding, 2006; Dunn, 2002; Ganong & Coleman, 2004). Não obstante, a presença de um padrasto na vida de uma criança que não mantenha relação com o seu pai pode ser um fator protetor do seu desenvolvimento (Schenck et al., 2009). Acrescente-se que a investigação tem apontado para a importância que a qualidade da relação com os pais tem no ajustamento da criança ao recasamento de um ou de ambos os pais (Dunn, 2002).

Em suma, a literatura sugere que a vinculação segura é mais frequente em famílias nucleares do que noutros tipos de família. Porém, a tipologia familiar *per se* não é determinante do ajustamento da criança, pelo que é necessário entrar em linha de conta com questões como as relações familiares (e.g., qualidade da relação interparental e da coparentalidade), as trajetórias de vida, o nível socioeconómico da família, a saúde mental dos pais e a existência prévia de

problemas desenvolvimentais e comportamentais na criança (Booth, Clarke-Stewart, McCartney, Owen, & Vandell, 2000; Dunn, 2002; Nicholson, Fergusson, & Horwood, 1999). Sem a presença destes fatores de risco, as desvantagens desenvolvimentais de crianças de famílias monoparentais e reconstituídas reduzem-se substancialmente (Cherlin, Chase-Lansdale, & McRae, 1998; Nicholson et al., 1999).

Face ao exposto, parece-nos pertinente estudar a qualidade da vinculação no período escolar, nos vários tipos de família. Desta forma, o presente estudo teve por objetivos: (1) Estudar a qualidade da vinculação de crianças em idade escolar, em função do tipo de família (nuclear, monoparental ou reconstituída); (2) Avaliar em que medida a representação da vinculação de crianças em idade escolar, avaliada através de um instrumento semiprojetivo, o *Separation Anxiety Test* (SAT), é convergente com a perceção das mães sobre os comportamentos de vinculação destas mesmas crianças, avaliada por um instrumento psicométrico, a Escala de Perceção Materna do Comportamento de Vinculação da Criança (PCV-M).

MÉTODO

Participantes

A amostra foi constituída por 168 díades de mães e filhos, dividida em três grupos de acordo com o tipo de família, em que as crianças frequentavam o 3º ou o 4º ano de escolaridade em escolas de seis agrupamentos do concelho de Coimbra. Assim, 33.3% ($n=56$) das crianças pertenciam a famílias nucleares, 33.3% de famílias monoparentais e as restantes 33.3% tinham famílias reconstituídas.

A amostra compreendeu igual número de meninas e meninos, sendo que 17.9% ($n=30$) das crianças frequentavam o 3º ano de escolaridade e 82.1% ($n=138$) o 4º ano de escolaridade. Acrescenta-se que, da amostra total, 13.1% ($n=22$) das crianças já tinham ficado retidas no mesmo ano escolar. A idade das crianças variou entre os 8 e os 11 anos, com uma média de 9.17 ($DP=0.77$). Da totalidade da amostra, 42.9% ($n=72$) das crianças eram filhas únicas, enquanto as restantes ocupavam diferentes posições em fratrias de 1 a 6 filhos. A idade das mães variou entre 23 e 53 anos ($M=36.04$; $DP=5.80$) e a idade dos pais variou entre 25 e 66 anos ($M=38.48$; $DP=6.17$). No que respeita à escolaridade das mães, quase metade da amostra (44%; $n=74$) tinha apenas o ensino básico, 27% ($n=45$) das mães completaram o ensino secundário e 29% ($n=49$) tinham formação universitária. Das famílias em estudo, houve uma distribuição semelhante pelas zonas de residência urbana (48.8%; $n=82$) e rural (51.2%; $n=86$).

Ao comparar os três subgrupos em função das variáveis sociodemográficas, verificámos que os três tipos de famílias estudados são semelhantes nas variáveis sociodemográficas idade e sexo da criança, número de irmãos e posição na fratria, e idade e habilitações literárias da mãe.

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico. Este questionário foi adaptado de Farate, Pocinho e Machado (2010), originalmente organizado em 8 secções de questões fechadas e pré-codificadas, relativas à criança e à família. Tem como finalidade recolher informações relevantes sobre o contexto sociofamiliar da criança, designadamente: composição do agregado familiar, idade da criança e posição na fratria, idade dos pais, grau de escolaridade e profissão dos pais.

Escala de Percepção Materna do Comportamento de Vinculação da Criança da Criança aos 6 anos (PCV-M; Dias, Soares, & Freire, 2002). O PCV-M permite aferir a percepção da mãe em relação aos comportamentos de vinculação do seu filho em idade escolar. Este instrumento é composto por 33 itens cotados numa escala tipo Likert referentes a três dimensões do comportamento de vinculação da criança e uma da mãe, sendo que a um adequado funcionamento nestas dimensões corresponde uma relação de vinculação segura (Martins, Soares, & GEV, 2007). As dimensões do PCV-M são: Dificuldades de Autorregulação Emocional (DARE, 12 itens – 1, 6, 8, 11, 14, 16, 19, 21, 23, 25, 29, 33); Comportamento de Base Segura (CBS, 7 itens – 2, 5, 12, 18, 22, 27, 31), Partilha de Afeto (PA, 7 itens – 3, 7, 9, 17, 24, 26, 30), e Desejabilidade Social (DS, 7 itens – 4, 10, 13, 15, 20, 28, 32). Os itens que compõem a subescala Dificuldades de Autorregulação Emocional são cotados de modo invertido. A pontuação global do PCV-M é indicadora da percepção materna da segurança da vinculação da criança sendo que os valores mais baixos indicam que há uma percepção da vinculação como insegura, enquanto os mais elevados indicam uma percepção de segurança da vinculação (Dias et al., 2002). Segundo Dias, Carvalho, Rios, Silva e Soares (2007), a dimensão DARE refere-se a indicadores de insegurança da relação de vinculação, em situações em que o sistema de vinculação esteja ativado; a dimensão CBS indica comportamentos de utilização das figuras de vinculação como base segura na exploração do meio; a PA remete para comportamentos de partilha de experiências e afetos com a figura de vinculação; e a escala DS identifica valores de desejabilidade social da parte da mãe, usando itens com pouca probabilidade de serem observados em crianças desta idade (Martins, Soares, & GEV, 2007). Os valores de *alpha* de Cronbach dos itens do PCV-M são muito bons, situando-se entre .86 e .85. Para as subescalas, obtivemos *alphas* de .82 na DARE, .72 na CBS, .76 na PA e .81 na DS. De realçar que o *alpha* de Cronbach deste estudo superou o dos autores do instrumento.

Separation Anxiety Test (SAT; Hansburg, 1972; Resnick, 1991; Slough & Greenberg, 1990, traduzido para português por Almeida, Soares, & Martins, 1996) é uma entrevista semiprojetiva que avalia a qualidade da vinculação da criança. É constituída por 10 placas de imagens de situações de separação dos pais, que pretendem ativar o sistema de vinculação da criança, aferindo depois os sentimentos que a criança projeta e as soluções de *coping*. Após transcritas as entrevistas, as respostas são avaliadas por dois juizes, que fazem a cotação em separado. Quando não há consenso, recorre-se a um terceiro juiz (Resnick, 1993). A avaliação da criança tem em conta as seguintes escalas (Resnick, 1991, 1993): (1) abertura emocional e vulnerabilidade (é capaz de nomear claramente sentimentos de vulnerabilidade, como medo ou tristeza); (2) rejeição/desvalorização da vinculação (se valoriza as suas relações e se percebe a vulnerabilidade decorrente da perda das figuras de vinculação); (3) atribuição de culpa (se e a quem atribui culpa pela separação, e se esta culpa é razoável ou excessiva); (4) resistência/evitamento (se a criança resiste ou evita responder às perguntas da entrevista); (5) irritação/raiva (se mostra raiva pela separação e, se sim, a quem se dirige e com que intensidade); (6) deslocamento de sentimentos (a quem a criança dirige os seus sentimentos de vinculação, se às figuras de vinculação, se a outras figuras alternativas ou a objetos e/ou lugares); (7) ansiedade (se há esperança na resolução da separação ou se uma perspectiva pessimista na resposta); (8) coerência da entrevista (organização geral e consistência interna das respostas); (9) classificação de soluções (avalia se as soluções para a situação de separação são construtivas, destrutivas ou inexistentes). Conforme a pontuação geral e de cada uma das escalas, é atribuído o padrão e o subpadrão que caracteriza a representação da vinculação da criança. Na vinculação segura (padrão F) há uma valorização espontânea das relações de vinculação, podendo a criança ser classificada com os seguintes subpadrões: F1: Seguro mas um pouco desligado; F2: Relativamente seguro; F3: Seguro/valorização espontânea da vinculação; F4: Alguma preocupação com as FV. A vinculação insegura pode organizar-se no padrão DS (evitante: desvalorização da vinculação) ou no padrão E (preocupado/emaranhado/ambivalente).

Do padrão DS fazem parte os subpadrões DS1: Rejeição da vinculação; DS2: Desvalorização/depreciação da vinculação; DS3: Restrição de sentimentos. Por fim, no padrão E englobam-se os subpadrões E1: Passivo e E2: Irritado/conflituoso (Resnick, 1991, 1993).

Num estudo preliminar, Resnick (1991) encontrou um acordo interjuizes de 75% e Rios (2006) uma concordância de 85.7%. Neste estudo, houve acordo em 147 das 168 entrevistas cotadas, com igual atribuição do padrão de vinculação, tendo-se recorrido a um terceiro juiz para as restantes entrevistas. Observou-se, portanto, uma satisfatória percentagem de 87.5% de acordo. O nível de acordo interjuizes foi avaliado pelo teste *kappa de Cohen*. O *kappa de Cohen* foi de .67 na classificação da segurança da vinculação (seguro ou inseguro), de .66 na atribuição do padrão de vinculação (F, DS ou E), e de .49 na atribuição do subpadrão (F1, F2, F3, F4, F5; DS1, DS2, DS3; E1, E2), variando assim entre “muito bom” na diferenciação entre seguro e inseguro e na atribuição do padrão de vinculação e “bom” na atribuição do subpadrão de vinculação (Pestana & Gageiro, 2008).

Procedimentos

Numa primeira fase, procurou-se obter autorização formal da Comissão Nacional de Protecção de Dados, da Direção Regional de Educação do Centro e das Direções dos Agrupamentos de Escolas de Coimbra. Para seleccionar os três grupos da amostra, procedeu-se a um emparelhamento de crianças procedentes de famílias nucleares e monoparentais, mediante informação das fichas de caracterização sociodemográfica passadas previamente às mães das crianças do 1º ciclo do ensino básico. Este emparelhamento teve em conta a idade e sexo da criança, o número de irmãos e posição na fratria e a idade e habilitações literárias da mãe. Apenas foram seleccionadas crianças a frequentarem o 3º ou o 4º ano de escolaridade. Excluíram-se crianças adotadas ou institucionalizadas e crianças que vivessem só com o pai ou com os avós. Foi objetivo da presente investigação estudar as mães e seus filhos em idade escolar, por ser mais frequente as crianças pertencentes a famílias monoparentais residirem com as suas mães. Acrescente-se que as crianças a viver com pais do sexo masculino em família monoparental foram excluídas da amostra, igualmente, por apresentarem pouca representatividade estatística, não viabilizando uma análise rigorosa. A seleção do grupo de famílias reconstituídas foi feita casuisticamente, por serem em número substancialmente reduzido, o que dificultou a utilização dos mesmos critérios. Posteriormente, foi enviado o protocolo de investigação às mães, do qual fazia parte o consentimento informado, o Questionário Sociodemográfico e o PCV-M. Após devolução dos instrumentos devidamente preenchidos, procedeu-se à administração do SAT às crianças, em contexto escolar.

O tratamento estatístico dos dados recolhidos foi efetuado com recurso ao programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), na versão 17.0. Começámos por fazer uma breve análise da amostra com métodos de estatística descritiva (frequências absolutas e percentuais, média e desvio-padrão). A consistência interna do PCV-M foi testada através do cálculo do *alpha de Cronbach*, e o grau de acordo interjuizes no SAT através do *kappa de Cohen*. Recorreu-se ao teste *Kolmogorov-Smirnov* para analisar a normalidade da distribuição dos dados. Apesar de a amostra não seguir uma distribuição normal na maioria das variáveis estudadas, foram utilizados testes paramétricos na maioria dos dados, já que se considera que amostras superiores a 30 tendem para a normalidade, independentemente da sua distribuição (Pestana & Gageiro, 2008). Assim, a correlação entre as dimensões do PCV-M e as escalas do SAT, tendo em conta o tipo de família, foi aferida com o coeficiente de Pearson. Recorreu-se, ainda, ao teste *U de Mann-Whitney* para analisar a convergência entre as escalas do PCV-M e a classificação do SAT, uma vez que alguns grupos em comparação não tinham um N igual ou superior a 30. A fim de estudar a dependência entre as variáveis representação da vinculação da criança e tipo de família, utilizou-se o teste do

qui quadrado para a independência. Finalmente, a percepção da mãe no PCV-M em função do tipo de família foi avaliada através da análise da variância univariada (*Anova*).

RESULTADOS

No que diz respeito à representação da vinculação da criança, a maioria das crianças evidenciou uma representação segura da vinculação (78.0%), seguindo-se o padrão inseguro-evitante (17.9%) e o padrão inseguro-preocupado (4.1%) (Tabela 1).

Tabela 1

Padrão de vinculação da criança por tipo de família e para a amostra total

	Nucleares		Monoparentais		Reconstituídas		Total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Qualidade Vinculação								
Segura	45	80.4	44	78.6	42	75.0	131	78.0
Insegura	11	19.6	12	21.4	14	25.0	37	22.0
Padrão vinculação								
Seguro (F)	45	80.4	44	78.6	42	75.0	131	78.0
Inseguro evitante (DS)	9	16.0	10	17.8	11	19.6	30	17.9
Inseguro preocupado (E)	2	3.6	2	3.6	3	5.4	7	4.1

O teste do qui quadrado para a independência indicou que não há associação significativa entre os três tipos de família e a qualidade da vinculação, tal como é medida no SAT ($\chi^2=.485, p<.785$) (Tabela 2). No mesmo sentido, não foi encontrada uma associação significativa entre os três tipos de família e o padrão de vinculação atribuído no SAT ($\chi^2=.593, p<.964$), bem no que se refere à distribuição dos subpadrões por tipo de família ($\chi^2=10.971, p<.964$).

Tabela 2

Associação entre a qualidade da vinculação da criança e o tipo de família

	Vinculação Segura	Vinculação Insegura	χ^2	<i>p</i>
Famílias Nucleares	80.4%	19.6%	.485	.785
Famílias Monoparentais	78.6%	21.4%		
Famílias Reconstituídas	75.0%	25.0%		

Quando comparados os três tipos de família em relação à *percepção materna da vinculação* através do teste *Anova* (Tabela 3), não se observam diferenças entre as tipologias familiares. Não obstante, refira-se uma tendência estatística para a diferença, quando comparadas as pontuações obtidas na dimensão dificuldades de autorregulação emocional do PCV-M ($p=.089$), em que as mães de famílias nucleares são as que perceberam nos seus filhos uma maior capacidade de regulação emocional ($M=51.64$), ao contrário das mães de famílias reconstituídas, que reconheceram nos seus filhos maiores dificuldades de autorregulação emocional ($M=48.54$).

Tabela 3

*Análise da variância da percepção da mãe
sobre o comportamento de vinculação da criança em função do tipo de família*

QPCV-M	F. Nucleares		F. Monoparentais		F. Reconstituídas		F	p
	M	DP	M	DP	M	DP		
DARE	51.64	7.80	51.09	7.16	48.54	7.34	2.459	.089
Comport. base-segura	30.05	4.00	30.76	3.87	30.76	4.30	.545	.581
Partilha afeto	28.96	4.76	2.03	5.63	29.74	4.90	.370	.691
Desejabilidade social	21.01	5.02	20.23	6.12	20.54	5.70	.265	.767
PCV-M Global	131.68	15.64	131.12	17.26	129.60	16.15	.226	.798

A fim de analisar a *convergência entre a percepção materna do comportamento de vinculação dos filhos e a representação da vinculação das crianças*, realizou-se um teste U de *Mann-Whitney* (UMW), entre as escalas do PCV-M e a classificação do SAT. Como se pode ver na Tabela 4, na subescala Comportamento Base-Segura ($U=103.5$; $p=.001$) observam-se diferenças entre crianças provenientes de famílias monoparentais classificadas no SAT como seguras ($M=31.61$) e inseguras ($M=27.17$). Isto significa que, no grupo de famílias monoparentais, as mães de crianças com uma representação insegura da vinculação observaram menos comportamentos de base-segura nos seus filhos, em comparação com mães de crianças que apresentam uma representação segura da vinculação.

Tabela 4

*Teste UMW entre a percepção materna do comportamento da criança
e a representação da vinculação da criança, por tipo de família*

PCV-M	V. Segura (n=124)		V. Insegura (n=36)		U	P
	M	DP	M	DP		
Famílias Nucleares						
DARE	50.822	8.465	51.636	9.014	228.0	.687
Comportamento base-segura	30.356	3.791	28.546	4.458	190.0	.234
Partilha de afeto	28.978	4.808	28.182	4.600	228.5	.693
Desejabilidade social (mães)	21.422	5.203	19.000	4.171	178.0	.150
Pontuação global	131.578	16.240	127.364	15.371	213.0	.477
Famílias Monoparentais						
DARE	50.682	8.391	50.250	6.877	247.5	.741
Comportamento base-segura	31.614	3.265	27.167	4.260	103.5	.001**
Partilha de afeto	29.955	4.435	25.500	7.891	181.0	.096
Desejabilidade social (mães)	21.068	5.876	17.750	6.608	191.0	.144
Pontuação global	133.318	15.386	120.667	21.810	181.5	.099
Famílias Reconstituídas						
DARE	46.024	12.409	46.571	7.703	270.0	.649
Comportamento base-segura	29.452	7.127	30.214	3.309	258.0	.492
Partilha de afeto	28.762	6.959	28.857	4.312	259.5	.510
Desejabilidade social (mães)	20.238	6.821	20.714	4.858	284.0	.850
Pontuação global	124.476	26.909	126.357	12.983	270.5	.656

Nota. Coeficiente de Pearson (** $p<.01$).

Quando se examinam as correlações entre as pontuações obtidas nas subescalas do PCV-M e a pontuação obtida pela criança nas escalas do SAT, destaca-se que é no grupo de famílias

monoparentais que houve mais associações estatisticamente significativas¹. Assim, a dimensão Comportamento Base-Seguro relacionou-se negativamente com a escala Rejeição/Desvalorização da Vinculação ($r=-.316, p<.05$) e positivamente com as escalas Abertura Emocional e Vulnerabilidade ($r=.325, p<.05$), Raiva Incontida ($p=.362, p<.01$), OP ($r=.289, p<.05$) e Coerência da entrevista ($r=.446, p<.01$). A subescala Partilha de Afeto associou-se negativamente à escala Rejeição/Desvalorização da Vinculação ($r=-.271, p<.05$) e positivamente às escalas Abertura Emocional e Vulnerabilidade ($r=.304, p<.05$), Resistência e Evitamento ($r=.342, p<.01$), Ansiedade/Otimismo e Pessimismo ($r=.320, p<.05$) e Coerência da Entrevista ($r=.481, p<.01$). Finalmente, a pontuação global do PCV-M correlacionou-se positivamente com as escalas Ansiedade/Otimismo e Pessimismo ($r=.307, p<.05$) e Coerência da Entrevista ($r=.383, p<.01$).

Ou seja, as crianças com maior abertura emocional e que não rejeitaram as figuras de vinculação no SAT foram descritas pelas suas mães no PCV-M como tendo mais comportamentos de base-segura e de partilha de afetos. Por sua vez, as crianças que se mostraram mais otimistas e coerentes na entrevista SAT, foram percebidas pelas mães como tendo mais comportamentos de base-segura, maior capacidade para partilhar afetos e um comportamento de vinculação mais seguro em geral. Da mesma forma, as crianças que menos resistiram ou evitaram as perguntas do SAT foram as que apresentam mais comportamentos de base-segura. No grupo das famílias nucleares observou-se uma associação positiva entre as escalas Partilha de Afeto do PCV-M e Abertura Emocional e Vulnerabilidade do SAT ($r=.266, p<.05$), significando que as crianças com mais sentimentos de vulnerabilidade no SAT revelaram também maior capacidade de partilhar afetos, na perspetiva das suas mães (Tabela 5).

Tabela 5

Correlação entre dimensões do PCV-M e escalas do SAT por tipo de família

Escalas do SAT	PCV-M				Global
	DARE	CBS	PA	DS	
Famílias Nucleares					
Abertura emocional e vulnerabilidade	-.170	.147	.266*	.174	.080
Rejeição/desvalorização vinculação ⁺	.002	-.177	-.153	-.084	-.114
Atribuição de culpa ao próprio	.148	.159	-.096	.116	.126
Resistência e evitamento	-.105	-.005	.196	.186	.060
Raiva incontida	-.031	.052	-.047	.075	.006
Deslocamento de sentimentos	-.092	.043	.083	.066	.007
Ansiedade (otimismo e pessimismo)	.075	.000	-.045	.099	.058
Coerência da entrevista	-.013	.115	.067	.185	.100
Classificação de soluções	.155	.084	.149	.070	.169
Famílias Monoparentais					
Abertura emocional e vulnerabilidade	-.035	.325*	.304*	-.087	.123
Rejeição/desvalorização vinculação ⁺	.023	-.316*	-.271*	-.177	-.209
Atribuição de culpa ao próprio	-.092	.096	.000	.054	-.002
Resistência e evitamento	-.027	.207	.342**	.170	.203
Raiva incontida	.005	.362**	.205	.085	.178
Deslocamento de sentimentos	-.053	.243	.238	-.136	.058
Ansiedade (otimismo e pessimismo)	.076	.289*	.320*	.302*	.307*
Coerência da entrevista	.046	.446**	.481**	.312*	.383**
Classificação de soluções	.155	.084	.149	.070	.169

(cont. →)

¹ Consideraram-se correlações muito baixas, o r situado abaixo de .19; correlações *baixas*, quando o r está entre o .20 e .39, enquanto nas correlações *moderadas* o r está entre .40 e .69, considerando *alta* uma correlação que se situe entre .70 e .89 e muito alta entre .90 e 1 (Pestana & Gageiro, 2008).

Tabela 5 (cont.)

Escala do SAT	PCV-M				
	DARE	CBS	PA	DS	Global
Famílias Reconstituídas					
Abertura emocional e vulnerabilidade	-.039	.179	.224	.156	.129
Rejeição/desvalorização vinculação ⁺	.087	-.065	-.130	-.074	-.030
Atribuição de culpa ao próprio	.093	-.006	.015	.114	.076
Resistência e evitamento	-.133	-.065	.046	-.004	-.069
Raiva incontida	.141	.257	.164	.088	.201
Deslocamento de sentimentos	-.002	.103	.156	-.025	.061
Ansiedade (otimismo e pessimismo)	-.046	.079	.093	-.066	.006
Coerência da entrevista	.065	.080	.119	.044	.095
Classificação de soluções	.066	.034	-.029	-.213	-.024

Nota. ⁺Escala invertida; Coeficiente de Pearson (* $p < .05$; ** $p < .01$).

DISCUSSÃO

Este estudo teve como objetivos centrais avaliar a qualidade da representação da vinculação da criança em idade escolar e a perspectiva materna sobre os comportamentos de vinculação, por tipo de família, verificando se havia diferenças em função do tipo de família, bem como analisar a convergência entre a representação da vinculação da criança e a percepção materna sobre os comportamentos de vinculação do seu filho.

A maioria das crianças evidenciou uma representação segura da vinculação, seguido pelos padrões inseguro-evitante e inseguro-preocupado. Esta distribuição dos padrões de vinculação vai ao encontro das conclusões de Soares (1996) e de Rios (2006). Deste modo, independentemente do tipo de família a que pertence, a maioria das crianças apresentou um padrão de vinculação segura. Nesta linha, sublinhe-se que muitos estudos têm referido que há uma menor prevalência de casos de vinculação insegura em crianças no período escolar, quando comparado com outras faixas etárias (Roelofs et al., 2008).

No que respeita às *diferenças na qualidade da vinculação da criança em função do tipo de família*, as crianças de famílias reconstituídas apresentaram soluções menos construtivas perante situações de separação, contrariamente às famílias monoparentais. Todavia, não houve uma associação entre a qualidade da vinculação da criança e o tipo de família a que pertence. Concluímos, desta forma, que o tipo de família a que a criança pertence não foi determinante da segurança da sua vinculação. Os resultados da nossa investigação afastam-se, assim, de outros estudos que associam uma vinculação insegura a diferentes tipologias familiares (Faber & Wittenborn, 2010; Tippelt & König, 2007). Efetivamente há vários fatores individuais, relacionais e contextuais que intervêm na qualidade da vinculação da criança, e que vão além do estado civil dos pais ou da estrutura do agregado familiar (Ammantini et al., 2005; Moss, Cyr, Bureau, Tarabulsky, & Dubois-Comtois, 2005). O conflito conjugal, por exemplo, é melhor preditor da qualidade da vinculação do que o divórcio dos pais, independentemente do tipo de família (Laurent, Kim, & Capaldi, 2008; Moura & Matos, 2008).

Porém, foram encontradas *diferenças na percepção das mães sobre o comportamento de vinculação do filho*, em função do tipo de família. As mães de famílias reconstituídas reconheceram mais dificuldades de autorregulação emocional nos seus filhos do que as mães de famílias nucleares, que perceberam os seus filhos como mais competentes a regular as emoções. A literatura indica que há um maior risco de as crianças de famílias reconstituídas

apresentarem dificuldades a este nível (Cheng et al., 2006; Dunn, 2002; Ganong & Coleman, 2004). Sabe-se que o impacto negativo que a transição familiar pode ter na qualidade dos comportamentos de vinculação da criança diminui ao longo do tempo; todavia, os dados recolhidos não nos permitem analisar estes resultados à luz desta variável.

Os resultados desta investigação revelam que a *percepção que as mães têm dos comportamentos de vinculação dos filhos* nem sempre vai ao encontro da avaliação da representação da criança. Foi apenas no grupo de famílias monoparentais que se observaram correlações entre as dimensões do PCV-M e as 9 escalas que compõem o SAT. Verificou-se também, neste grupo, uma associação entre a qualidade da vinculação da criança e a percepção materna do comportamento de base-segura, o que significa que estas mães identificam menos comportamentos de base-segura nos seus filhos, quando há uma representação insegura da vinculação. Estes resultados estão em linha com as conclusões de Rios (2006) que, no seu estudo, também não observou associação entre os resultados do SAT e do PCV-M. Portanto, no nosso estudo, apesar de SAT e PCV-M avaliarem a vinculação de forma diferente, registaram-se alguns pontos de convergência entre os seus resultados, sobretudo no que diz respeito ao grupo de famílias monoparentais.

A não convergência entre SAT e PCV-M pode ter origem na própria diferença da natureza dos dois instrumentos. O SAT é uma medida semiprojetiva e clinométrica usada para avaliar a representação da vinculação através de uma entrevista realizada à criança. Este é um instrumento categorial que permite classificar a representação da vinculação dos sujeitos em segura ou insegura, possibilitando, ainda, a atribuição de um padrão e de um subpadrão de classificação. Por outro lado, o PCV-M destina-se a registar a percepção materna do comportamento de vinculação do seu filho e, ainda que a sua pontuação global seja um indicador da segurança da vinculação da criança, este é um instrumento dimensional. Ou seja, o presente estudo comparou as respostas que a criança dá em face de situações de separação com a percepção materna sobre o comportamento de vinculação da criança. É importante referir que o SAT ora remete a criança para ambos os progenitores, ora remete para um deles, não diferenciando a vinculação da criança ao pai e à mãe (Bohlin, Hagekull, & Rydell 2000; Wright et al., 1995). E, paralelamente, o PCV-M apenas recolhe a perspetiva da mãe. Por outro lado, a possibilidade de não haver identificação com a figura das placas do instrumento e, conseqüentemente, de não ocorrer uma projeção fidedigna dos comportamentos de vinculação pela criança (Slought & Greenberg, 1990), pode também contribuir para estes resultados.

Não obstante as referências anteriormente tecidas em relação à ausência de convergência significativa entre o PCV-M e o SAT, este estudo tem a vantagem de conjugar duas medidas com características diferentes, que poderão recolher informações diferenciadas e complementares sobre a qualidade da vinculação das crianças em idade escolar. Uma das medidas, o SAT, tem a vantagem de avaliar diretamente a representação da vinculação da criança de modo semiprojetivo, ao passo que o PCV-M, como medida dimensional, poderá ser mais precisa do que as medidas categoriais a captar as características complexas do sistema de vinculação no período escolar, como advogam alguns autores (Dwyer, 2005). Consideramos, assim, que o recurso aos dois instrumentos é uma mais-valia no estudo da vinculação, ao recolher informações diferenciadas e complementares sobre a qualidade da vinculação das crianças em idade escolar. Isto porque, enquanto o SAT nos permite avaliar a representação da vinculação da criança diretamente, o PCV-M contribui para a compreensão de aspetos comportamentais característicos da vinculação neste período desenvolvimental (Dwyer, 2005).

Esta investigação teve como objetivo principal analisar as perspetivas cruzadas de mães e crianças de diferentes tipos de famílias, sobre a segurança da vinculação destas crianças em idade escolar. É de salientar que não foi observada uma relação entre a qualidade da vinculação da criança e o tipo de família, o que é particularmente relevante se tivermos em conta que o número de famílias nucleares tem vindo a reduzir-se substancialmente nos últimos anos. Neste sentido,

percebe-se que poderão existir outras variáveis contextuais e relacionais a desempenhar uma maior influência na qualidade da vinculação da criança, em comparação com a tipologia familiar ou estatuto conjugal dos pais (Booth et al., 2000), designadamente os estilos educativos parentais, a qualidade da relação interparental e a qualidade da coparentalidade praticada pelos pais.

Um dos aspetos que assegura qualidade científica ao presente estudo é a dimensão da amostra e a sua divisão em três subgrupos correspondentes a três tipologias familiares com idênticas características sociodemográficas. Sublinhe-se ainda que esta investigação veio trazer mais dados empíricos sobre a vinculação em idade escolar, período desenvolvimental comparativamente pouco explorado na literatura da vinculação, com a vantagem de recorrer a diferentes informadores e a diferentes instrumentos: SAT e PCV-M. Outra mais-valia deste estudo é a sua contribuição para aprofundar o conhecimento das qualidades psicométricas do PCV-M e testar o nível do grau de acordo interjuizes no SAT.

Convém, no entanto, referir algumas limitações desta investigação, designadamente a ausência da perspectiva paterna, sobretudo porque o SAT não faz distinção entre as duas figuras de vinculação. Além disso, é limitada a literatura sobre a utilização conjunta do SAT e PCV-M, o que dificultou a análise e discussão dos resultados. Acrescente-se que há algumas variáveis que não foram controladas e que se sabe serem fatores de risco para a vinculação da criança, designadamente a qualidade da relação entre os pais da criança e o tempo de existência da nova constelação familiar (no caso das famílias monoparentais e reconstituídas). Por fim, deve ter-se em consideração que a representatividade da população em geral pode estar, em parte, comprometida pelo facto da recolha da amostra não ter incluído escolas do ensino privado.

É importante que se realizem mais estudos sobre as perceções cruzadas de mães e filhos em relação à qualidade dos comportamentos de vinculação destes últimos, preferencialmente recorrendo a procedimentos de validação convergente entre SAT e PCV-M. Em estudos futuros seria igualmente relevante incluir a perspectiva paterna porque, como já foi referido, se o SAT mede a ansiedade de separação em relação às duas figuras de vinculação primária, o PCV-M apenas avalia a perceção materna sobre o comportamento de vinculação do filho. Consequentemente, seria também interessante comparar a perspectiva dos dois progenitores em relação aos comportamentos de vinculação da criança, apesar de o instrumento aqui utilizado estar apenas adaptado à perspectiva da mãe. Finalmente, será igualmente pertinente levar em consideração a perspectiva sistémica em estudos futuros empíricos sobre esta temática, por exemplo, através da análise da rede de suporte familiar e dos padrões de comunicação intrafamiliar, variáveis significativas, em particular, para as famílias monoparentais.

REFERÊNCIAS

- Ainsworth, M. D. S. (1989). Attachment beyond infancy. *American Psychologist*, 44, 709-716.
- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the Strange Situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Alarcão, M. (2002). *(Des)Equilíbrios familiares* (2ª ed.). Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, C., Soares, I., & Martins, C. (1996). *Manual português de cotação e classificação do Separation Anxiety Test – SAT*. Departamento de Psicologia, Universidade do Minho (Manual não publicado).
- Amato, P. R., & Booth, A. (1996). A prospective study of divorce and parent-child relationship. *Journal of Marriage and the Family*, 58, 356-365.

- Amato, P. R., & Gilbraith, J. G. (1999). Nonresident fathers and children's well-being: A meta-analysis. *Journal of Marriage and the Family*, 61, 557-573.
- Amato, P. R., & Keith, B. (1991). Parental divorce and the well-being of children: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 110(1), 26-46.
- Ammantini, M., Speranza, A. M., & Fedele, S. (2005). Attachment in infancy and in early and late childhood. In K. A. Kerns & R. A. Richardson (Eds.), *Attachment in middle childhood* (pp. 71-88). New York: Guilford Press.
- Belsky, J., & Fearon, R. M. P. (2008). Precursors of attachment security. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (2nd ed., pp. 295-316). New York: Guilford Press.
- Bohlin, G., Hagekull, B., & Rydell, A. (2000). Attachment and social functioning: A longitudinal study from infancy to middle childhood. *Social Development*, 9(1), 24-39.
- Booth, C., Clarke-Stewart, K. A., McCartney, K., Owen, M. T., & Vandell, D. L. (2000). Effects of parental separation and divorce on very young children. *Journal of Family Psychology*, 14, 304-326.
- Bowlby, J. (1969/1984). *Attachment and loss. Attachment* (2nd ed.). London: Basic Books. (Trabalho original publicado em 1969)
- Bowlby, J. (1973/1985). *Attachment and loss. Separation*. London: Basic Books. (Trabalho original publicado em 1973)
- Cheng, H., Dunn, J., O'Connor, T. G., & Golding, J. (2006). Factors moderating children's adjustment to parental separation: Findings from a community study in England. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 34(2), 239-250.
- Cherlin, A. J., Chase-Lansdale, P. L., & McRae, C. (1998). Effects of parental divorce on mental health throughout the life course. *American Sociological Review*, 63, 239-249.
- Collins, W. A., Madsen, S. D., & Susman-Stillman, A. (2002). Parenting during middle childhood. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting. Vol. 1: Children and parenting* (2nd ed., pp. 73-101). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Crosnoe, R., & Elder, G. (2004). Family dynamics, supportive relationships, and educational resilience during adolescence. *Journal of Family Issues*, 25, 571-602.
- Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2002). Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43, 31-63.
- Dias, P., Soares, I., & Freire, T. (2002). Percepção materna do comportamento de vinculação da criança aos 6 anos: Construção de uma escala. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 335-347.
- Dias, P., Carvalho, M., Rios, S., Silva, J., & Soares, I. (2007). Vinculação e psicopatologia. In I. Soares (Coord.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (pp. 193-240). Braga: Psiquilíbrios.
- Dunn, J. (2002). The adjustment of children in stepfamilies: Lessons from community studies. *Child and Adolescent Mental Health*, 7(4), 154-161.
- Dwyer, K. M. (2005). The meaning and measurement of attachment in middle and late childhood. *Human Development*, 48, 155-182.
- Faber, A. J., & Wittenborn, A. K. (2010). The role of attachment in children's adjustment to divorce and remarriage. *Journal of Family Psychotherapy*, 21(2), 89-104.
- Fabricius, W. V., & Luecken, L. J. (2007). Post divorce living arrangements, parent conflict, and long-term physical health correlates for children of divorce. *Journal of Family Psychology*, 21(2), 195-205.

- Farate, C., Pocinho, M., & Machado, P. (2010). *Repercussions of tobacco, alcohol and drugs on adolescent' health – Modalities of interaction and reciprocal influence*. United Kingdom: Lambert Academic Publishing.
- Ganong, L. H., & Coleman, M. (2004). *Stepfamily relationships: Development, dynamics, and interventions*. New York: Kluwer.
- Hansburg, H. G. (1972). *Adolescent separation anxiety: A method for the study of adolescent separation problems*. Springfield, IL: Thomas.
- Hetherington, E. M. (2003). Social support and the adjustment of children in divorced and remarried families. *Childhood, 10*(2), 217-236.
- Hetherington, E. M., & Kelly, J. (2002). *For better or for worse: Divorce reconsidered*. New York: W.W. Norton & Company.
- Hetherington, E. M., Bridges, M., & Insabella, G. M. (1998). What matters? What does not? Five perspectives on the association between marital transitions and children's adjustment. *American Psychologist, 53*, 167-184.
- Howes, C. (1999). Attachment relationships in the context of multiple caregivers. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 671-687). New York: Guilford Press.
- Karavasilis, L., Doyle, A. B., & Markiewicz, D. (2003). Associations between parenting style and attachment to mother in middle childhood and adolescence. *International Journal of Behavioral Development, 27*(2), 153-164.
- Kerns, K. A., Tomich, P. L., & Kim, P. (2006). Normative trends in children's perceptions of availability and utilization of attachment figures in middle childhood. *Social Development, 15*(1), 1-22.
- Laurent, H. K., Kim, H. K., & Capaldi, D. M. (2008). Prospective effects of interparental conflict on child attachment security and the moderating role of parents' romantic attachment. *Journal of Family Psychology, 22*(3), 377-388.
- Lowenstein, L. F. (2010). Attachment theory and parental alienation. *Journal of Divorce & Remarriage, 51*(3), 157-168.
- Martins, C., Soares, I., & Grupo de Estudos de Vinculação. (2007). Contributos metodológicos para a investigação em vinculação: Métodos e instrumentos de avaliação. In I. Soares (Coord.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (pp. 241-286). Braga: Psiquilíbrios.
- Marvin, R. S., & Britner, P. A. (1999). Normative development: The ontogeny of attachment. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 44-67). New York: Guilford Press.
- Mayselless, O. (2005). Ontogeny of attachment in middle childhood: Conceptualization of normative changes. In K. A. Kerns & R. A. Richardson (Eds.), *Attachment in middle childhood* (pp. 1-23). New York: Guilford Press.
- McHale, J. P., Lauretti, A., Talbot, J., & Pouquette, C. (2002). Retrospect and prospect in the psychological study of coparenting and family group process. In J. McHale & W. S. Grolnick (Eds.), *Retrospect and prospect in the psychological study of families* (pp. 127-165). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Michiels, D., Grietens, H., Onghena, P., & Kuppens, S. (2010). Perceptions of maternal and paternal attachment security in middle childhood: Links with positive parental affection and psychosocial adjustment. *Early Child Development and Care, 180*(1-2), 211-225.
- Moss, E., Cyr, C., Bureau, J. F., Tarabulsky, G., & Dubois-Comtois, K. (2005). Stability of attachment between preschool and early school-age and factors contributing to continuity/discontinuity. *Developmental Psychology, 41*, 773-783.

- Moura, O., & Matos, P. M. (2008). Vinculação aos pais e conflito inter-parental em adolescentes. *Psicologia*, *XXII*(1), 127-152.
- Nicholson, J. M., Fergusson, D. M., & Horwood, L. J. (1999). Effects on latter adjustment of living in a stepfamily during childhood and adolescence. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *40*, 405-416.
- Owen, M. T., & Cox, M. J. (1997). Marital conflict and the development of infant-parent attachment relationships. *Journal of Family Psychology*, *11*(2), 152-164.
- Page, T., & Bretherton, I. (2001). Mother- and father-child attachment themes in the story completions of pre-schoolers from post-divorce families: Do they predict relationships with peers and teachers? *Attachment & Human Development*, *3*(1), 1-29.
- Parke, R. D., & Buriel, R. (2006). Socialization in the family: Ethnic and ecological perspectives. In W. Damon (Series Ed.) & N. Eisenberg (Vol. Ed.), *Handbook of child psychology: Vol. 3. Social, emotional, and personality development* (6th ed., pp. 429-504). New York: Wiley.
- Pereira, A. I. F., Canavarro, M. C., Mendonça, D. V., & Cardoso, M. (2005). Validação de um instrumento de avaliação do apoio social em crianças – Versão portuguesa do *my family and friends*. *Revista Ibero-Americana de Diagnóstico y Evaluación*, *20*, 105-131.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de dados para Ciências Sociais. A complementaridade do SPSS* (5ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pettit, G. S., Keiley, M. K., Laird, R. D., Bates, J. E., & Dodge, K. A. (2007). Predicting the developmental course of mother reported monitoring across childhood and adolescence from early proactive parenting, child temperament, and parents' worries. *Journal of Family Psychology*, *21*(2), 206-217.
- Poehlmann, J., & Fiese, B. H. (2001). The interaction of maternal and infant vulnerabilities on developing attachment relationships. *Development and Psychopathology*, *13*, 1-11.
- Raikes, H. A., & Thompson, R. A. (2005). Relationships past, present, and future: Reflections on attachment in middle childhood. In K. A. Kerns & R. A. Richardson (Eds.), *Attachment in middle childhood* (pp. 71-88). New York: Guilford Press.
- Resnick, G. (1991). *Attachment and self-representation during early adolescence*. Paper presented as part of the symposium: "Attachment and self-representation during childhood and early adolescence". Biennial Meeting of the Society for Research in Child Development. April 18-20, Seattle, W.A
- Resnick, G. (1993). *Measuring attachment in early adolescence: A manual for the administration, coding and interpretation of the Separation Anxiety Test for 11 to 14 Years Old*. Rockville, MD: Westat, Inc. (Manual não publicado)
- Rios, S. (2006). *As relações de vinculação no período escolar*. Tese de mestrado não publicada. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Portugal.
- Roelofs, J., Meesters, C., & Muris, P. (2008). Correlates of self-reported attachment (in)security in children: The role of parental romantic attachment status and rearing behaviors. *Journal of Child and Family Studies*, *17*, 555-566.
- Ruschena, E., Prior, M., Sanson, A., & Smart, D. (2005). A longitudinal study of adolescent adjustment following family transitions. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *46*, 353-363.
- Schenck, C. E., Braver, S. L., Wolchik, S. A., Saenz, D., Cookston, J. T., & Fabricius, W. V. (2009). Relations between mattering to step- and non-residential fathers and adolescent mental health. *Fathering*, *7*(1), 70-90.
- Scher, A., & Mayseless, O. (2000). Mothers of anxious/ambivalent infants: Maternal characteristics and child-care context. *Child Development*, *71*(6), 1629-1639.

- Shelton, K. H., & Harold, G. T. (2008). Interparental conflict, negative parenting, and children's adjustment: Bridging links between parents' depression and children's psychological distress. *Journal of Family Psychology, 22*(5), 712-724.
- Simões, S., Farate, C. Soares, I., & Duarte, J. (2013). Predição do apego de crianças em função do estilo educativo materno e do tipo de família. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 26*(1), 168-176.
- Slought, N. M., & Greenberg, M. T. (1990). Five-years olds' representation of separation from parents: Responses from the perspective of self and other. *New Direction for Child Development, 48*, 67-84.
- Soares, I. (1996). *Representação da vinculação na idade adulta e na adolescência. Estudo intergeracional: Mãe-filho(a)*. Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Portugal.
- Soares, I. (2001). Vinculação e cuidados maternos. Segurança, protecção e desenvolvimento da regulação emocional. In M. C. Canavaro (Ed.), *Psicologia da gravidez e da maternidade* (pp. 75-104). Coimbra: Quarteto Editora.
- Soares, I. (2007). Desenvolvimento da teoria e da investigação da vinculação. In I. Soares (Coord.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (pp. 13-45). Braga: Psiquilíbrios.
- Sroufe, L. A. (2002). From infant attachment to promotion of adolescent autonomy: Prospective, longitudinal data on the role of parents in development. In J. G. Borkowski, S. L. Ramey, & M. Bristol-Power (Eds.), *Parenting and the child's world: Influences on academic, intellectual, and socioemotional development* (pp. 187-202). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Sroufe, L. A., Egeland, B., Carlson, E. A., & Collins, W. A. (2005). Placing early attachment experiences in developmental context: The Minnesota Longitudinal Study. In K. E. Grossmann, K. Grossmann, & E. Waters (Eds.), *Attachment from infancy to adulthood: The major longitudinal studies* (pp. 48-70). New York: Guilford Press.
- Taanila, A., Laitinen, E., Moilanen, I., & Järvelin, M.-R. (2002). Effects of family interaction on the child's behavior in single-parent or reconstructed families. *Family Process, 41*(4), 693-708.
- Tippelt, G. G., & König, L. (2007). Attachment representations in 6-year old children from one and two parent families in Germany. *School Psychology International, 28*, 313-330.
- Vaughn, B., & Bost, K. (1999). Attachment and temperament: Redundant, independent, or interacting influences on interpersonal adaptation and personality development? In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 198-225). New York: Guilford Press.
- Verschuere, K., & Marcoen, A. (2005). Perceived security of attachment to mother and father. In K. A. Kerns & R. A. Richardson (Eds.), *Attachment in middle childhood* (pp. 71-88). New York: Guilford Press.
- Weinfield, N. S., Sroufe, L. A., & Egeland, B. (2000). Attachment from infancy to early adulthood in a high-risk sample: Continuity, discontinuity, and their correlates. *Child Development, 71*, 695-702.
- Woodward, L. J., Fergusson, D. M., & Belsky, J. (2000). Timing of parental separations and attachment to parents in adolescence: Results from a prospective study from birth to 16 years. *Journal of Marriage and the Family, 62*, 162-174.
- Wright, J. C., Binney, V., & Smith, P. K. (1995). Security of attachment in 8 to 12 years old: A revised version of the Separation Anxiety Test, its psychometric properties and clinical interpretation. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 36*(5), 757-774.

The literature suggests that children from nuclear families tend to show a more secure attachment than children from single parent or step families.

The goals of this study are as follows: investigate the quality of child's attachment behaviour across nuclear, single parent and step families, evaluate the convergence between mother and their child's perceptions on the quality of mother-child attachment behaviour.

This is a cross-sectional study, whose sample consisted of 168 children 8-11 years-old ($M=9.17$) and their mothers. The research protocol included the *Separation Anxiety Test* (SAT) and the *Maternal Perception Scale of Children's Attachment Behaviour* (PCV-M).

Results show that there is no significant convergence between the maternal perception of their child's attachment behaviour and the child's attachment representation. Nonetheless, in single parent families significant differences were found in the PCV-M secure base behaviour dimension, depending on the representation of children's attachment as secure or insecure. There were no association between type of family and children's attachment representation neither differences in the maternal perception of attachment between the different types of family.

In conclusion, the mother's perception of their child's attachment behaviour doesn't vary across different types of families, even if there is a low degree of convergence between mothers and their offspring regarding the quality of children's attachment behaviour.

Key-words: Attachment, School-aged children, Type of family, Separation Anxiety Test.

Submissão: 10/02/2014

Aceitação: 22/05/2014